

Rodrigo Constante Martins*

*Ruralidade e governança ambiental no
estado de São Paulo*

Introdução

O debate sobre a regulação socioambiental dos territórios rurais vem adquirindo abrangência nas últimas décadas. A partir de experiências regionais, vários estudos têm destacado a necessidade de se abordar tal tema por meio de dinâmicas territoriais, construindo ênfases analíticas nos processos sociais locais envolvidos na emergência de “novas” ruralidades. Seja apontando a pertinência de novos recortes espaciais para a apreensão da dinâmica das eco-

Rodrigo Constante Martins é professor e pesquisador associado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (rodrigocte@yahoo.com).

Versões preliminares deste texto foram apresentadas no *Groupe de réflexion sur le Brésil contemporain* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*-EHESS, Paris (sob o título *Pouvoir local, ruralité et gestion des eaux*, em maio de 2006) e no GT Ruralidades Contemporâneas do 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (outubro de 2006). A realização do estudo contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo da *Maison des Sciences de l’Homme* (França).

nomias locais (MARSDEN, 1998), seja sugerindo análises sobre as possibilidades de governança da diversidade de interesses em maturação no mundo rural (GOODWIN, 1998), estes esforços analíticos têm partido do pressuposto geral de que, embora não haja padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento rural, a referência à sustentabilidade socioambiental destes territórios é a base sobre a qual os rumos da localidade devem ser construídos (MARTINS, 2005).

Essa perspectiva tem sido partilhada por vários estudiosos das ruralidades européias. Estruturadas sobre a expansão das atividades não-agrícolas, o que se denomina como novas ruralidades naquele continente compreende estruturas complexas de composição das atividades de produção de valores excedentes e de concepções sobre as relações entre economia, cultura e natureza (KAYSER, 1990). Inscrito neste debate, o tema da gestão territorial vem sendo abordado a partir da proposta de construção de esferas públicas que visam a composição dos interesses agrícolas com os dos demais setores sociais interessados na dinamização das economias regionais e na preservação dos recursos ecossistêmicos e das culturas locais (HERVIEU, 1993; JOLLIVET, 2001; SACHS, 2004). A propósito da questão ambiental, há trabalhos que destacam ainda a necessidade de se relativizar, em nível local, a ênfase sobre questões técnicas que, além de criarem ilusões de que estariam acima dos interesses de grupos sociais, também não contribuem para que a diversidade sociocultural dos territórios possa favorecer a gestão local tanto dos interesses sociais quanto dos recursos naturais (YLISKYLÄ-PEURALAHTI, 2003).

Esse debate também vem sendo problematizado pelas ciências sociais no Brasil. Questões como a diversificação das regionalidades (VEIGA, 2001), a criação de novas institucionalidades para as áreas rurais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000), o desenvolvimento da localidade a partir do fenômeno da proximidade social (ABRAMOVAY, 2003) e as relações da categoria território com a

reestruturação do capitalismo contemporâneo (SCHNEIDER, 2004) têm estimulado as discussões em torno da orquestração territorial de alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais do país.

Neste artigo, buscaremos contribuir para o debate sobre a regulação socioambiental em áreas rurais a partir do contexto territorial. Partindo do pressuposto de que a criação de novos mecanismos de regulação das relações entre sociedade e natureza traz uma nova complexidade para o debate sobre o desenvolvimento rural, pretendemos discutir o funcionamento de instâncias de governança dos recursos hídricos nos territórios rurais do estado de São Paulo. Mais especificamente, interpretaremos as formas através das quais os interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação pública ambiental, notadamente os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Para tanto, apresentaremos um estudo de caso realizado no município de Paranapanema, situado na região sudoeste paulista. O município pertence à área de influência de um reservatório hídrico e parte de sua agricultura está integrada a um importante pólo agroindustrial do estado. Além destas razões, a escolha do município para o estudo também se deveu ao fato deste integrar a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Alto Paranapanema, que possui uma das mais elevadas demandas de águas para irrigação do estado – cerca de 81% da demanda total da UGRHI. Por conta da importância da irrigação para a agricultura regional, os agricultores do município de Paranapanema participam ativamente do Comitê de Bacia Hidrográfica regional. Sem embargo, este espaço de disputas sociais pode, em nível analítico, revelar-nos processos sociais relevantes sobre as possibilidades das instâncias locais de governança reproduzirem, na preparação de suas deliberações, os fundamentos das estruturas locais de dominação econômica e simbólica.

Em nível conceitual, este estudo partirá do referencial de Leff (2003) para a compreensão do território como o lócus de construção dos

modos de vida, das identidades culturais e da experiência social sobre as potencialidades ecológicas. Na perspectiva do referido autor, o território é o espaço onde se manifestam diferentes temporalidades, diferentes formas de conciliação entre o tradicional e o moderno, entre modos distintos de apropriação e uso dos recursos naturais. No caso das áreas rurais, estas relações tornam-se ainda mais complexas, posto que a proximidade das sociedades rurais com as variadas funções ecossistêmicas permite a construção social de realidades diversas, com conjuntos de relações culturais, econômicas e políticas de ordenamento do território também bastante amplos.

Ao conceito de território de Leff, articularemos a noção de espaço social de Bourdieu (2001). Para este autor, o espaço social é marcado pela exclusão mútua, ou seja, pela distinção das posições que o constituem. Sendo um cenário de distinção e disputas por posições e propriedades, o espaço social tende a se retraduzir, de maneira relativamente deformada, no espaço físico-territorial, sob a forma de um arranjo determinado de agentes e propriedades. Tal como enfatiza Bourdieu (2001: 164), “quaisquer divisões e distinções do espaço social se exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado”.

Para fins de exposição, a reconstrução analítica do espaço de interações da agricultura de Paranapanema será aqui desenvolvida, primeiramente, através da caracterização da distribuição dos principais recursos econômicos locais e da produção de visões sobre a localidade. Posteriormente, relacionaremos este contexto de produção material e simbólica com a estrutura regional de governança das águas.

Agricultura, materialidade e representações territorial¹

Fundado em 1944, Paranapanema (cujo nome, no vocabulário tupi-guarani, significa “rio imprestável”, “ruim”) conta atualmente com população total em torno de 16 mil habitantes. Localizado na re-

gião sudoeste do estado de São Paulo, o município integra a área de influência direta do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jurumirim, construída no final da década de 1950. A partir de 1962, ano em que a UHE foi inaugurada, o município passou a abrigar uma importante Cooperativa Agroindustrial, formada por um grupo seletivo de produtores da região do Alto Paranapanema. Como demonstrou Martins (2000), este grupo de agricultores beneficiou-se sobremaneira da estrutura fundiária herdada da construção da UHE. Isto porque a ocupação dos novos territórios formados com o reservatório de Jurumirim realizou-se sobre bases capitalisticamente mais dinâmicas, coincidindo assim com o próprio ideário desenvolvimentista que as UHEs, *per se*, representavam naquele momento histórico.

Figura 1: Localização do município de Paranapanema, SP.



Fonte: Prefeitura Municipal de Paranapanema.

No curso dos últimos 40 anos, resultante da produção cooperada e intensiva em capital, as lavouras de feijão, milho e trigo tornaram-se as principais atividades econômicas da região de Paranapanema. Ao longo desse período também foi construída no âmbito regional uma associação dos valores de modernidade e eficiência capitalista com a atuação da Cooperativa e seus produtores. Os próprios cooperados recorrem aos termos moderno e empreendedor para distinguiem-se do restante da agricultura municipal. A idéia de cálculo racional, no sentido destacado por Weber (2000), manifesta-se na localidade como a representação social mais ampla que sustenta esses valores. Expressões como agricultor *empreendedor*, *controle dos custos de produção*, *agricultura racional*, *fatores de produção*, *ativos e passivos ambientais*, *uso racional dos recursos naturais*, *precisão de metas* e *racionalidade do produtor*, dentre outras, são cotidianas no universo de representações das práticas destes cooperados.

Atualmente a Cooperativa conta com 75 agricultores, dos quais 21 mantêm áreas de cultivo no município de Paranapanema. A organização da Cooperativa e de sua fazenda-sede é mantida sob o domínio masculino. O quadro de administração é composto somente por homens, que determinam os rumos políticos e econômicos da empresa. Recentemente foi criada uma organização não-governamental de moradores da fazenda liderada pelas esposas dos cooperados. Estas mulheres, por meio da referida ONG, têm como principal papel a guarda dos costumes e do bem-estar comunitário tal como define o seu estatuto.

O perfil técnico dos estabelecimentos cooperados é não apenas decisivo para a composição desse campo econômico, mas também se destaca no cenário da agricultura paulista. Afora o fato de 90% dos agricultores terem formação universitária (em sua maioria são agrônomos), as tecnologias de irrigação (com sistemas de irrigação por aspersão tipo pivô central) e o plantio direto caracterizam a estrutura produtiva de parte significativa dos estabelecimentos cooperados. A Cooperativa, por sua vez, dispõe a esses agricultores, dentre outras vantagens, de serviços de monitoramento de solo

via satélite (sistema GPS) e tecnologias de precisão no acompanhamento da eficiência dos pivôs centrais de irrigação.

Em Paranapanema, é comum a Cooperativa ser apontada como *o que deu certo* no município. Afetados pela construção da UHE de Jurumirim e desprovidos de outras atividades econômicas com razoável dinamismo, em Paranapanema, é comum observar entre os munícipes a concepção de que a Cooperativa é o único chamariz dos que vem *de fora* para a cidade. A agricultura praticada no município fora dos domínios da Cooperativa é definida localmente como *agricultura em crise*. Sua não-rentabilidade nos mesmos patamares das receitas produzidas pelos cooperados e suas características técnicas são os critérios utilizados nas relações cotidianas como definidores do atraso da atividade. Seu caráter familiar ou não, suas formas distintas de divisão do trabalho e suas práticas específicas de manejo dos recursos naturais são desprezados diante das representações de eficiência da Cooperativa.

No universo da agricultura dos não-cooperados, é possível distinguir a existência de dois grupos no município, com perfis fundiários e sociais relativamente distintos. Um dos grupos é formado por agricultores que, a despeito do baixo nível de capitalização, ainda praticam a atividade com vistas a um rendimento empresarial. A produção é organizada por meio da contratação de trabalhadores temporários da região, no período das safras, e do estabelecimento de poucos contratos permanentes. A extensão das propriedades desses agricultores varia entre 30 e 70 hectares.

Se no caso dos cooperados do município os responsáveis pela produção são, no que tange às atividades cotidianas, os verdadeiros gerentes da produção, esses agricultores trabalham diretamente na produção agrícola. Contudo, não há envolvimento de toda a família na agricultura. Cumpre ao chefe da família as tarefas de “tocar a produção”. Os filhos ou estudam fora do município ou trabalham em atividades não-agrícolas. São poucos os que ainda seguem envolvidos com a agricultura da unidade de produção.

Às mulheres (mães e filhas) são atribuídas as funções domésticas de trato da casa. Das famílias entrevistadas que compõem esse segmento, nenhuma indicou o trabalho das mulheres na agricultura ou o conhecimento deste trabalho feminino em propriedades agrícolas de situação similar. As justificativas apresentadas pelos homens e mulheres para a existência deste recorte de gênero foram relativas à maior habilidade masculina nas tarefas da agricultura e à tradição da divisão sexual do trabalho, transmitida, de acordo com a memória dos entrevistados, pela própria família.

O outro grupo de agricultores não-cooperados do município de Paranapanema que integra o campo da agricultura regional é constituído basicamente por agricultores familiares. São moradores de propriedades com áreas individuais inferiores a 10 hectares. Não obstante o perfil fundiário, o que permite a caracterização desse grupo de produtores é a forma de organização produtiva. As práticas de produção se diferem em muito daquelas utilizadas pela agricultura patronal do município – seja esta cooperada ou não. Comumente, todos os membros da família estão envolvidos nas atividades agrícolas da unidade. Diferentemente do que ocorre com os demais segmentos da agricultura municipal, as mulheres participam ativamente das etapas de plantio e colheita. Nesta última etapa, a eventual necessidade de trabalho adicional é suprida por meio de relações de proximidade, com o envolvimento de outras famílias na colheita em troca de pequena parcela da produção ou mesmo do compromisso de retribuição da mesma participação na colheita alheia.

Em razão das dificuldades encontradas na reprodução social da agricultura familiar no município, muitas dessas famílias têm se inserido em processos de reconversão no âmbito da própria localidade. Parte expressiva delas, que até o início da década de 2000 ainda mantinha suas pequenas áreas agrícolas combinadas com a pluriatividade, está atualmente se desfazendo de suas propriedades. Na maioria dos casos, os membros da família tornam-se força de trabalho temporária na agricultura regional. Segundo o Sindi-

cato dos Trabalhadores Rurais de Paranapanema, das famílias que optaram por abandonar a localidade, os novos rumos foram quase sempre determinados em função das regiões de crescimento das lavouras de cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

No que tange ao perfil tecnológico dos agricultores não-cooperados, podem ser traçadas algumas similaridades entre os segmentos familiar e patronal do município. As estratégias de irrigação desses agricultores são bastante frágeis, quase sempre resultantes de improvisações. Por esta razão, os próprios agricultores declararam-se fortemente dependentes dos ciclos das chuvas na região. A orientação agrônômica de tais agricultores é realizada exclusivamente pelos técnicos da Casa da Agricultura do município. O maquinário utilizado para o plantio também pertence à Casa da Agricultura que o aluga aos agricultores. Os recursos investidos na produção originam-se, no mais das vezes, do crédito pessoal a juros elevados – quase sempre única modalidade de crédito oferecida pelas agências bancárias a esse tipo de agricultor que não tem garantias a oferecer ao setor financeiro.

Essa disposição dos agricultores de Paranapanema no interior do campo econômico da agricultura regional também tece relações com as disputas pelas formas de regulação do acesso aos recursos ambientais locais. Adquire, desse modo, grande importância analítica, porquanto abre caminhos para a problematização da relação sociedade-natureza a partir da competição entre grupos e classes sociais pela hegemonia nas formas de uso, regulação e apropriação do ambiente natural. Além disso, partindo desse cenário sobre as formas de produção de valores excedentes neste espaço rural, os processos ecológicos circunscritos aos ambientes de produção de valor adquirem um conteúdo histórico que ultrapassa a simples condição de base biofísica dos processos de acumulação. Tornam-se elementos de distinção social dos grupos justamente por representarem, simultaneamente, recurso material e capital simbólico para o cotidiano do lugar. Como recurso, os processos ecossistêmicos compõem a base biofísica onde se desenrola a pro-

dução imediata, caracterizando tal produção também com seus condicionantes naturais, seja em forma de restrição – limitando a produtividade do trabalho social –, seja de renda diferencial. Como capital simbólico, o acesso diferenciado dos grupos aos processos ecológicos é socialmente interpretado com base em esquemas cognitivos de ordem competitiva. Por meio desses esquemas, o acesso aos recursos do território é localmente identificado como elemento integrante da identidade dos grupos sociais, servindo como fator de prestígio e como propriedade de divisões e distinções no espaço social.

A seguir, analisaremos mais detidamente esses processos a partir da compreensão sobre as relações que se estabelecem entre este campo econômico e os significados dos recursos ambientais na região. Partiremos da conjuntura do campo econômico para interpretar, através da composição e funcionamento da instância regional de governança das águas, como a temática ambiental com este se relaciona, dando ênfase às distribuições de recursos de poder em tal contexto de ruralidade.

A governança socioambiental na localidade: o caso do Comitê de Bacia Hidrográfica

No estado de São Paulo, desde 1989, o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) é definido por lei como a instância de governança descentralizada das águas. Amparado pelo debate institucional sobre o princípio da subsidiaridade,² o CBH é um colegiado composto por diversos segmentos sociais envolvidos na gestão dos recursos hídricos. Sua composição é definida nos estatutos dos próprios comitês, sendo obedecida a paridade de votos entre os três segmentos, quais sejam, estado, município e sociedade civil. As decisões nos comitês são tomadas por maioria simples de votos.

Nessa estrutura paulista de gestão de águas, o município de Paranapanema está circunscrito à área de abrangência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH-ALPA). A área

de abrangência deste Comitê conta com população total em torno de 631.186 habitantes. Região predominantemente agrícola, onde se destaca o cultivo de grãos, a UGRHI do Alto Paranapanema possui uma das mais elevadas demandas de águas superficiais para irrigação no estado. Contudo, tal demanda ainda não colocou a região em situação limite de disponibilidade hídrica, sobretudo por conta de sua baixa densidade populacional e baixa expressividade do setor industrial (SÃO PAULO, 2000).

Figura 2: Localização do município de Paranapanema na estrutura estadual de gestão das Águas



Fonte: Relatório da Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. CORHI, 2000.

SIGLAS: ALPA: Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema; AP: Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe; AT: Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê; BPG: Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande; BS: Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista; BT: Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê; LN: Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte; MOGI: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu; MP: Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema; PARDO: Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo; PCJ: Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; PP: Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema; PSM: Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul e Serra da Mantiqueira; RB: Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul; SJD: Comitê da Bacia Hidrográfica do São José dos Dourados; SMG: Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande; SMT: Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê; TB: Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha; TG: Comitê da Bacia Hidrográfica Turvo/Grande; TJ: Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré.

O CBH-ALPA é composto de 30 representantes titulares, sendo dez do segmento governo do estado, dez do segmento prefeituras municipais e dez do segmento sociedade civil. A esses, somam-se ainda outros 30 suplentes, também distribuídos paritariamente entre os três segmentos. Os representantes, eleitos exclusivamente pelo próprio segmento, em votação também por este organizada, têm mandato de dois anos.

Território e produção de interesses sociais

Desde a fundação do CBH-ALPA, ocorrida em fevereiro de 1996, o município de Paranapanema vem ocupando posições de destaque na gestão regional de águas. Tal destaque deve-se à participação dos membros da Cooperativa Agroindustrial nas várias instâncias

do Comitê. Esta participação não se restringiu à representação formal da Cooperativa na instância de governança. Na medida em que cada entidade pode participar da instância gestora com apenas um representante, os agricultores cooperados do município criaram estratégias de inserção de novas entidades associadas aos seus interesses no comitê. Neste sentido, além da Cooperativa – que integrou o Comitê desde sua formação –, também conquistaram assento no CBH-ALPA, no ano de 2000, o Sindicato Patronal de Paranapanema e a então recém-criada Associação Regional de Irrigantes e Plantio na Palha.

São vários os elementos que evidenciam a relação instrumental que a Cooperativa e o Sindicato Patronal mantêm com a Associação de Irrigantes. Um destes elementos é a própria localização espacial da Associação. Sua sede está no interior da fazenda-sede da Cooperativa. Mais especificamente, no interior da sede do Sindicato Patronal. Ademais, todos os fundadores da Associação são membros da Cooperativa. Trata-se do mesmo grupo de agricultores. A despeito de propor-se como entidade representativa de um segmento agrícola regional, qual seja, o segmento formado por produtores irrigantes da região sudoeste do estado, a Associação tem nos produtores da Cooperativa seus principais agentes políticos, responsáveis pela direção da entidade e formuladores de suas metas políticas para a região.

Na definição estatutária dos principais objetivos da Associação, há menção explícita à defesa do perfil social da agricultura praticada pelos cooperados. Seria sua função “congregar agricultores irrigantes e adeptos do Plantio na Palha, bem como todos aqueles que possam colaborar na consecução de seu objetivo máximo, ou seja, o aumento da produção agrícola utilizando as técnicas de irrigação e plantio direto”. Não está entre as metas da Associação o debate regional sobre o acesso à água para a irrigação, mas sim a promoção de um perfil de uso dos recursos hídricos. A prática da irrigação é objeto da Associação conquanto propicie o crescimento

da produção agrícola no sentido da intensificação da produção agrícola. A irrigação, assim, é interpretada pela Associação estritamente como técnica de aproveitamento da água-insumo, *capital natural* capaz de incrementar o processo de acumulação. Tal interpretação, incorporada ao universo simbólico dos membros da Associação, é retratada como o único olhar possível de ser racionalmente construído sobre o uso agrícola dos recursos hídricos.

Outro elemento que expõe a relação instrumental estabelecida entre Cooperativa e Associação de Irrigantes diz respeito à discussão dos irrigantes locais sobre o projeto de lei estadual que dispõe sobre a política de cobrança pelo uso da água. Tal projeto, que foi aprovado em dezembro último pela Assembleia Legislativa de São Paulo, tem como objetivo estimular o uso *racional* da água a partir de um instrumento econômico de gestão, qual seja, a valoração ambiental. A adoção deste instrumento tem como orientação o Princípio do Poluidor Pagador, adotado pela legislação ambiental dos países filiados à Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com tal princípio, o agente social poluidor deve arcar com as despesas para manter o meio ambiente dentro de parâmetros aceitáveis de qualidade, sustentando, por conseguinte, a concepção de que, ao ser penalizado pela cobrança no uso deletério da água, o poluidor seria induzido a adotar práticas menos onerosas ao meio ambiente (OCDE, 1992; 1999). No caso dos setores produtivos, tal indução proporcionaria *per se* condições suficientes para a adoção de novas estratégias tecnológicas de uso do recurso.

Conforme destaca Martins (2004), subjaz nessa suposta relação a crença neoclássica de que o agente econômico isoladamente induziria o progresso técnico, respondendo rapidamente à demanda de sustentabilidade ambiental menos por considerar que tal temática seja legítima e mais porque o não-atendimento à mesma reverberaria negativamente na sua inserção no mercado. A insistência de adoção de um mesmo padrão de uso e descarte de água

pelo produtor levaria a um aumento dos custos de produção, custos que, repassados ao preço final de seus produtos, diminuiriam a sua competitividade.

Segundo os diretores da Associação de Irrigantes, a entidade foi estruturada por seus fundadores como uma resposta dos agricultores da região ao projeto paulista de valoração da água. Cumpriria à Associação a elaboração e coordenação de estratégias dos agricultores locais para o enfrentamento dos possíveis impasses que tal cobrança poderá exercer sobre a agricultura regional. Nas palavras de um de seus fundadores,

O objetivo principal da Associação é promover o desenvolvimento sustentável da agricultura. Dentro disso, suas ações são baseadas na defesa dos interesses dos irrigantes, porque aqui é uma região muito tecnificada, que usa de tecnologia para usar corretamente a água, usar corretamente o solo, evitando perdas por erosão e contaminação de mananciais. (...) Então, somos um grupo de produtores que resolveu se unir, para no momento em que for cobrada a água, a gente tenha poder de barganha, para poder ter uma contrapartida, para que não se estipule um valor muito abusivo, comparado com os produtores que não têm essa tecnologia (Cooperado, 29 anos, ensino superior incompleto, membro da diretoria da Associação de Irrigantes).

O projeto de lei que dispõe sobre a valoração da água no estado tramitou na Assembléia Legislativa paulista por sete anos. Apresentado inicialmente em 1998, o projeto entrou em regime de urgência no legislativo estadual em dezembro de 2000, tendo sido votado apenas em dezembro de 2005. Conforme demonstraram Martins e Valencio (2003), a maior resistência à aprovação do projeto vinha justamente dos deputados estaduais vinculados aos grupos de interesse da agricultura. De acordo com os autores, a proposição de subsídios foi o tema-base mais recorrente entre as emendas apresentadas ao projeto de cobrança pelo uso da água na Assembléia Legislativa. De um total de 19 emendas de subsídios, 11 propunham a isenção dos usuários agrícolas, com apoio explícito da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

Não obstante a postura de resistência das lideranças da agricultura estadual diante da proposta de cobrança pelo uso da água, os agricultores irrigantes do município de Paranapanema, por meio do Sindicato Patronal e da Associação de Irrigantes, manifestaram continuamente apoio ao projeto de valoração. As entidades de representação desses agricultores empenharam inclusive esforços para integrar as instâncias do CBH-ALPA responsáveis pela gestão financeira do Comitê e pelo debate regional em torno da cobrança pelo uso da água. Nos biênios 2001-2002 e 2003-2004, o Sindicato foi membro titular da Câmara Técnica de Planejamento, Gerenciamento e Avaliações; e a Associação de Irrigantes, membro titular da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais do Comitê. Nos dois biênios, um dos temas de maior destaque tratados na Câmara de Assuntos Institucionais foi o da elaboração de estudos-piloto sobre os valores a serem cobrados pelo uso da água na bacia. No mesmo período, a Câmara de Planejamento debateu não somente os critérios para a aplicação dos recursos financeiros do Comitê, mas também as prioridades dos gastos futuros, considerando o adicional orçamentário que será proporcionado pela valoração da água.

Contudo, o apoio que o Sindicato Patronal e a Associação de Irrigantes manifestaram ao projeto de cobrança pelo uso da água dizia respeito menos às possibilidades de racionalização do uso do recurso – tal como o princípio neoclássico da valoração ambiental pressupõe – do que à possibilidade de captação de parte dos recursos arrecadados para projetos de desenvolvimento da agricultura local. Senão, vejamos o depoimento da direção da Associação de Irrigantes sobre o acesso aos recursos arrecadados através da cobrança:

O valor que vai ser cobrado vai ser investido pelo comitê. Eu acho que aí está a capacidade do produtor se organizar. Porque, com o produtor se organizando, ele vai atrás de projetos. Um dos objetivos da Associação é buscar novas tecnologias, e isso como? Promovendo cursos, promovendo eventos de busca

de tecnologias, fóruns, tudo para gente cada vez mais se aprimorar. Então, se a gente já tem uma vaga no comitê, [...], a gente tem tudo para se unir e buscar uma nova vaga, fazer projetos para captação desse dinheiro. [...] Então, isso vai depender da capacidade de organização dos produtores. Infelizmente, o produtor não pode esperar de política agrícola. Com certeza, quem esperou já não está mais na agricultura (Agricultor cooperado, 29 anos, ensino superior incompleto, membro da diretoria da Associação de Irrigantes).

A receita da cobrança pelo uso da água é vista pelas entidades de representação dos cooperados de Paranapanema como um adicional aos recursos já captados pelos agricultores capitalizados junto aos instrumentos tradicionais de política agrícola. Isto significa que a internalização de uma nova proposta de regulação institucional de acesso à água – tal como a política de valoração – ocorre na medida em que os atores sociais em questão encontram formas de instrumentalizá-la; ou seja, se inicialmente a política de valoração surge como custo ambiental, a ação política coordenada dos agricultores pode transformá-la em *vantagem* adicional do setor por via da captação dos recursos arrecadados para projetos de interesse agrícola, ainda que tais projetos contemplem apenas parte da agricultura regional.

Embora favoráveis à cobrança, os representantes dos cooperados de Paranapanema impõem ressalvas ao pagamento por parte do usuário agrícola. Para estas entidades, a tecnologia empregada pelo agricultor em sua produção deve ser tomada como critério de definição dos valores da cobrança. Neste caso, os agricultores que praticam o plantio direto – representados na região pela Associação de Irrigantes – devem, na avaliação destas entidades, receber isenção da cobrança.

Esse bloco agrícola de Paranapanema vem realizando, desde 2001, ações efetivas visando garantir subsídios para os irrigantes da agricultura regional no momento da implementação da cobrança pelo uso da água na bacia. Uma destas ações constitui-se em um convê-

nio estabelecido entre o Sindicato Patronal, a Associação de Irrigantes e uma universidade pública paulista com o objetivo de desenvolver o projeto de estudo intitulado “Uso racional da água e conservação do solo em áreas irrigadas sob plantio direto e convencional”. Com o intuito de estabelecer critérios para o manejo da irrigação e conservação do solo nas culturas de feijão, trigo e milho no ano agrícola de 2002, o projeto foi aprovado pela Câmara Técnica de Planejamento do CBH-ALPA, passando então a receber, para seu desenvolvimento, recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). De acordo com tal projeto, as informações geradas pelos experimentos seriam repassadas aos produtores da região na forma de material impresso e encontros técnicos na Cooperativa (SINDPAR, 2001).

A concepção desse projeto traz à tona dois aspectos fundamentais para a compreensão da postura da agricultura local diante da política de valoração dos recursos hídricos. O primeiro deles revela a dimensão instrumental do funcionamento dos próprios comitês de bacias hidrográficas. A democracia formal presente na estrutura dos comitês não pode ser compreendida senão à luz das relações de poder estabelecidas nos territórios. Evidentemente, embora os formuladores do citado projeto se predisponham, em nível discursivo, a disseminar o conhecimento gerado para todos os agricultores da região, somente aqueles com capacidade de capitalização terão condições de incorporar tal conhecimento à sua estrutura produtiva. Conforme informação já mencionada da Casa Municipal de Agricultura, com exceção dos agricultores cooperados, nenhum outro agricultor do município possui sequer sistemas irrigação. Logo, o aproveitamento das informações geradas sobre o manejo de áreas irrigadas será restrito aos cooperados.

Um segundo aspecto que merece destaque diz respeito à dimensão política do processo de inovação tecnológica na agricultura local. Como bem salienta Cardoso (1964), inovar sob o capitalismo pode significar tanto a realização de novas combinações, aumen-

tando o domínio técnico sobre os fatores de produção, quanto a conquista de posições-chave da sociedade pelas empresas, abrindo campo de influência de domínio político. Por esta razão, o autor sugere que estudos sobre condições de produção de lucro devem supor relações de dominação social que perpassam as esferas do trabalho imediato, de sua divisão social e, em sentido mais amplo, da produção social de conhecimento tecnológico. Este conhecimento, desta forma, não se torna apropriado pelo movimento de produção de valor, mas, pelo contrário, é dele resultante.

Tomando como referência essa dimensão política do processo de inovação tecnológica, é possível verificar que a tentativa das lideranças agrícolas de Paranapanema de construir novos conhecimentos técnicos para o setor – tendo como agente financiador o FEHIDRO – é menos uma decisão econômica do que uma estratégia política, pautada por objetivos claros de obtenção de vantagens em relação aos demais usuários dos recursos hídricos regionais. Dito de outra forma, mesmo havendo interesse econômico na produção de novos conhecimentos que sirvam ao movimento de produção de valor no referido *espaço*, a ação inovadora também é uma *relação de dominação política*. Ou seja, é uma relação que produz e reproduz práticas e conjunturas de dominação social, estendendo-se até mesmo à conquista de posições-chave em uma estrutura de decisão tal como é o comitê de bacia hidrográfica.

Outra ação do bloco agrícola de Paranapanema buscando garantir subsídios quando da implementação da cobrança pelo uso da água na bacia diz respeito à criação de um selo azul para os produtores circunscritos em um perfil tecnológico pre-estabelecido. Tal proposta vem sendo desenvolvida pela Associação de Irrigantes, com apoio do Sindicato Patronal, da Cooperativa Agroindustrial e de outras entidades representada no CBH-ALPA que não têm ligações diretas com a agricultura.

A longo prazo, nossa meta é criar um selo azul, que represente um uso sustentável dos recursos hídricos nas propriedades dos

nossos produtores. Isso seria um incentivo para o nosso produtor. Talvez o portador deste selo azul, se ele faz tudo certo, se um dia for cobrado a taxa de água, por exemplo, ele não precisa pagar por isso. Porque a cobrança do uso da água, (...) ela deve ser uma ferramenta para as pessoas usarem a água de maneira correta. Agora, se o produtor fizer tudo certo, se ele preservar mata ciliar, fizer curva de nível, fizer o plantio na palha, nós vamos conseguir provar ainda que ele é produtor de água! Talvez, ele até deveria receber por isso. (Agricultora cooperada, 33 anos, ensino superior completo, membro da Associação de Irrigantes).

Com efeito, a efetivação do selo azul se constituirá em uma propriedade simbólica importante nas disputas do espaço social regional, e, particularmente, no espaço da agricultura de Paranapanema. Implicará necessariamente novas distinções na cartografia da agricultura local e mesmo regional (são os que têm e os que não têm o selo). Ao ser associada às práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental, a posse do referido selo poderá incorporar às desigualdades históricas da localidade um novo componente de disputa social. Ao não expor suas relações com a concentração fundiária regional, com as formas de emprego da força de trabalho local e com as desigualdades no acesso à água nas áreas rurais do município, a propriedade do selo azul pode revelar-se como violência simbólica. Representando, *a priori*, uma simples identificação de correção na conduta socioambiental do produtor rural, o selo pode possibilitar a reprodução das desigualdades materiais em outro campo de disputas, qual seja, o da luta cognitiva sobre os propósitos da relação sociedade-natureza em conjunturas de ruralidade.

Território e reprodução de desigualdades sociais

A análise das atas das reuniões do CBH-ALPA revela que, desde sua fundação – há nove anos – nenhuma demanda potencial dos agricultores não-cooperados do município chegou a tornar-se *input* na agenda política do Comitê. Dificuldades de acesso à água em alguns bairros rurais, a *privatização* das margens dos corpos d'água no município por áreas de lavouras, a qualidade das águas dos

córregos de onde parcela significativa das famílias rurais retira água para o consumo doméstico e mesmo o esclarecimento sobre o funcionamento da instância gestora dos recursos hídricos, dentre outros, nunca foram temas apresentados por alguma das representações do município no Comitê (incluindo aqui, além da Cooperativa, da Associação de Irrigantes e do Sindicato Patronal, também a Prefeitura Municipal).

Para os agricultores não-cooperados que têm conhecimento geral sobre o papel do Comitê de Bacia, a atuação da instância gestora tem, até o momento, reafirmado a situação de desigualdade social da agricultura do município. No geral, as expectativas seguem muito distantes das promessas de emergência de um “parlamento regional das águas”:

Esse comitê não está aí para nós. Se fosse feito para nós, a gente tinha sido convidado. (...). Falaram que tem que ir lá no sindicato ver, mas eu não sou do sindicato! Eu sei que tem sempre reunião em Taquarituba, mas quem vai lá? Vai quem pode! Eu não posso pagar do meu bolso para ir lá. Depois, eu ia lá fazer o quê? A água aqui tem dono. Eles estão lá. [fala austera] (Agricultor patronal não-cooperado, 56 anos, ensino fundamental completo. Município de Paranapanema).

Como se pode observar no citado depoimento, as questões relacionadas ao perfil da democracia do aparato de governança das águas e à experiência que os grupos sociais vêm estabelecendo com estas instâncias de gestão são destacadas de modo bastante incisivo pelos agricultores não-cooperados. Sobre esses temas, é importante destacar que a estrutura de representação nos comitês de bacia baseia-se nos princípios políticos da democracia representativa. Contudo, o que parece limitar o reconhecimento e a funcionalidade social deste princípio é justamente a forma de construção da representatividade dos grupos sociais. Notadamente em Paranapanema, alguns grupos sociais não se sentem representados no Comitê de Bacia. A experiência da delegação dessa representação não existe, por exemplo, entre os agricultores não-coope-

rados. Isto não somente porque tais agricultores não participaram das eleições da Associação de Irrigantes, do Sindicato Patronal e da Cooperativa para o CBH-ALPA. A descrição da não-representatividade realizada pelos agricultores parece relacionar-se diretamente à constatação do não-pertencimento ao segmento mais capitalizado da agricultura regional.

Trata-se, nesse caso, de um juízo político que resulta da experiência distinta que tais agricultores têm não só com o território e seus recursos, mas também com as instituições que dão suporte à gestão deste território e refletem, em sua composição, as contradições sociopolíticas do lugar. Ou, como nos diria Thompson (1981: 182), trata-se de um juízo construído com base nas práticas de “pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida ´tratam´ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.”

Acerca da representatividade e da participação dos distintos grupos sociais nos Comitês de Bacia, a Coordenadoria dos Recursos Hídricos da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento do estado considera que, atualmente, a Secretaria tem:

[...] grande preocupação em relação à participação de todos nos comitês. Temos que garantir que isso funcione como parlamento, com a participação de todo mundo. Mas, também sabemos que tem pouca gente preparada para isso. É o caso dos agricultores. Por causa da baixa instrução dessa gente, eles não têm conhecimento sobre o mínimo, sobre como funciona o Comitê, o FEHIDRO, o CRH, os planos de bacia que viram lei no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Mesmo os que sabem ler, como vão entender os termos técnicos dos planos de bacia? [...] Agora, nós temos que preparar essa gente. Os comitês têm que pensar em capacitar essa gente. Não adianta rezar que isso não vem do céu [risos]. Alguém tem que ensinar esse povo. (Coordenadoria dos Recursos Hídricos da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento).

Sem embargo, no debate sobre a governança socioambiental, alguns autores e instituições têm abordado o tema da participação política dos grupos sociais a partir da discussão sobre o *empowerment* dos grupos sociais, tendo em vista a capacitação dos agentes locais para a participação eficiente nos aparatos de governança (HERBERT-CESHIRE; HIGGIS, 2004; BANCO MUNDIAL, 2003). Como nos indica o depoimento da Coordenadoria dos Recursos Hídricos, essa perspectiva de reflexão também é partilhada pela gerência geral do sistema paulista de gestão dos recursos hídricos. Nesta abordagem, entretanto, os mecanismos do *empowerment* são tomados exclusivamente em função da formação de representantes políticos. Os fundamentos deste “empoderamento” são vistos somente em termos formais, ou seja, como um conjunto de procedimentos que sustentariam as práticas de representação. O “empoderamento” permanece, portanto, dissociado das disputas simbólicas e materiais da localidade, não se tornando expressão de conflitos de classe ou mesmo das representações do imaginário do lugar.

Tal como sugerida nos debates sobre gestão ambiental – e como proposta no depoimento anterior – a noção de “empoderamento” indica uma iniciativa de conscientização onde os agentes do lugar são tomados como sujeitos reclusos em sua passividade, sendo “comunicados” sobre técnicas e procedimentos de gerenciamento das águas. Neste caso, o processo de “empoderamento” se caracterizaria pela *prescrição* do agente formador, externo ao lugar e portador do saber acerca do “como participar”.

Tal redução dos significados da *localidade* nos aponta questões relevantes para a problematização da variável *cultura* na construção das novas instâncias de regulação das formas de uso e acesso aos recursos naturais. Como ressalta Silva (2001) acerca da recriação da cultura dos trabalhadores rurais migrantes nas cidades, a cultura do lugar por vezes não cabe nos limites dos espaços promotores de sociabilidades reduzidas, avesso à diversidade das experi-

ências. Nestes espaços, como pode ser o caso dos Comitês de Bacia, a diversidade das culturas e das experiências dos grupos sobre os recursos do ambiente é substituída pela interpretação padronizada da tecnociência, supostamente impessoal e pretensamente neutra. A razão técnica, assim, é tornada fonte universal de conhecimento. A classificação dos fenômenos e a explicação sobre suas particularidades reduzem-se exclusivamente ao domínio do discurso científico, não deixando por isso de servir às estratégias locais de dominação.

Todavia, no curso de tal iniciativa de universalização, ao defrontar-se com a cultura do lugar, a razão técnica termina por expor espaços onde a memória e os valores do lugar se protegem. Este é o caso da reação *lugar* ante a associação da água como bem econômico, passível de quantificação monetária:

Tem gente que considera a água como coisa sagrada. Vai ser difícil entender que agora ela vai ter preço. É igual gente: gente é sagrada, ninguém pode comprar. Não é por isso que acabaram com os escravos? Então, a água também é sagrada [...] Se o problema é de poluição, então o governo que prenda quem polui a água. Podia até fazer assim: se o meu filho suja a água, então me obriga a limpar o que ele fez! Assim todo pai é obrigado a educar o filho. Isso sim dá responsabilidade para a gente. Agora essa coisa de cobrar é mais um desgosto (Agricultor familiar, 55 anos, ensino fundamental incompleto. Município de Paranapanema).

Não se sentindo representados no Comitê, esses agricultores ainda revelam outros parâmetros de interpretação das relações cotidianas estabelecidas entre a sociedade local e os recursos da natureza. No caso da água, ao ressaltar o distanciamento que a atribuição de um valor monetário ao recurso pode gerar à relação sociedade-natureza, o agricultor reage ao princípio da valoração através de concepções de um universo cultural específico, no qual a quantificação monetária não é algo naturalizado, ou seja, não é apenas um adicional nas relações sociais; pelo contrário, a fixação

do preço expressa o conteúdo de processos sociais que, no caso de um recurso natural, extrapola o limite de flexibilidade de certos valores culturais. Isto porque a negatividade que o cotidiano das relações de mercado traz para esses agricultores é transposta de modo irrestrito para a proposta de cobrança. Tal negatividade se verifica no depoimento do agricultor que vê a passagem de *usuário* a *consumidor* de água com *desgosto* ante as práticas cotidianas que balizam sua relação com o recurso. Por esta razão, é pertinente supor que a lógica própria da concepção de valoração pode não ter conteúdo significativo para sua devida institucionalização – no sentido da tipificação de ações individuais – diante do grupo de agricultores referidos.

De certo modo, é revelador o sentido de desencantamento que a incorporação da lógica de mercado na regulação do acesso à água desperta nesse grupo de agricultores. Na medida em que a água não é *insumo* adicionado às lavouras segundo o arbítrio dos agricultores, os significados sociais por eles partilhados sobre o recurso não se baseiam no *cálculo* e na *previsibilidade* próprias das modernas técnicas de uso capitalista dos processos ecossistêmicos. Tratar-se-ia de uma visão mais distante do cálculo capitalista desencantado (contabilidade ambiental); seria, por sua vez, uma leitura que utiliza recursivamente outras simbologias em torno do livre acesso ao recurso como suporte crítico frente à proeminência de sua dimensão econômica (*a água é sagrada e o sagrado não tem preço*).³

No interior do CBH-ALPA, o bloco agrícola de Paranapanema vem firmando sua condição de liderança regional na gestão de águas. No ano de 2005, o bloco deu um passo decisivo nesta direção. Isto porque, a principal liderança dos cooperados, então presidente do Sindicato Patronal e um dos fundadores da Associação de Irrigantes, elegeu-se, no pleito municipal de outubro de 2004, prefeito de Paranapanema, fato inédito na história do município que nunca elegera um membro da Cooperativa para o poder executivo local. Outrossim, na condição de prefeito municipal, a referida li-

derança elegeu-se, em março de 2005, para a presidência do CBH-ALPA, no pleito realizado no município de Itapetininga. Na mesma ocasião, a Cooperativa, o Sindicato Patronal e a Associação de Irrigantes mantiveram suas representações no comitê, e, em um novo avanço do bloco, também conseguiram coordenar a eleição da Organização não-governamental (ONG) da fazenda-sede da Cooperativa, formada pelas esposas dos cooperados.

O ingresso da ONG da fazenda-sede no CBH-ALPA reitera a influência dos agricultores cooperados na gestão regional de águas. No conjunto dos membros do comitê, o município de Paranapanema ocupa, a partir daquele ano de 2005, a presidência do aparato gestor e outras quatro vagas de representantes no segmento sociedade civil. Na definição da modalidade de representação, a Cooperativa assumiu uma cadeira de suplência e as outras três entidades – Sindicato, Associação e ONG – assumiram assentos titulares no comitê. Considerando que cada segmento do comitê (estado, municípios e sociedade civil) possui dez representantes titulares e dez suplentes, o município de Paranapanema, que possui 1,9% da população total da bacia, detém, por meio do seu bloco agrícola, 30% da representação titular do segmento sociedade civil do CBH-ALPA, além da própria presidência da instância de governança.

Essa conquista política do bloco agrícola de Paranapanema coloca em destaque o universo de representações simbólicas que tal bloco segue disseminando não só no município, mas, sobretudo a partir do ano corrente, nas demais regiões da bacia do Alto Paranapanema.⁴ Neste universo, conforme já destacamos anteriormente, destaca-se uma concepção setorial não apenas das formas de uso das águas regionais, mas também dos padrões de acesso social ao recurso. Ao não ser interpretado também como elemento de distinções sociais, o acesso diferenciado à água entre os segmentos sociais torna-se expressão do *sucesso* ou do *fracasso* da trajetória dos grupos sociais na *localidade*. Ou seja, o acesso ao recurso não resulta, nesta interpretação, do histórico das constru-

ções de hegemonias sociopolíticas no território, relacionadas, dentre outros, com o processo de modernização conservadora da agricultura paulista ocorrido na segunda metade do século XX. Tributária das noções de empreendedorismo e competência capitalista, a interpretação que o bloco agrícola constrói em sua atuação no CBH-ALPA enfatiza somente os méritos da agricultura empresarial, desprezando as contradições inerentes ao seu desenvolvimento, e dissemina os valores da contabilidade econômica como base para o planejamento e a gestão regional das águas.

Nesses termos, é sintomático o discurso de posse do vice-presidente reeleito do CBH-ALPA, representante de uma organização não-governamental da região sem vínculos com a agricultura:

São Paulo usa 240% de sua água. Nós usamos 30%. Quem sabe um dia eles [São Paulo] vêm comprar nossa água. Vamos cuidar deste recurso que também tem valor econômico. [...] Vamos cuidar desse recurso com a mesma competência da agricultura da nossa região, representada aqui em nosso novo presidente. Hoje nossa agricultura exporta alimento, e exporta muito bem. [...] O futuro dessa nossa riqueza natural vai depender só da gente. (Discurso de posse do vice-presidente CBH-ALPA).

Essa disputa cognitiva pelas representações sociais sobre o espaço local também ocupa, seguramente, posição decisiva no contexto da construção de hegemonias socioterritoriais. Essas formas de reprodução das relações de domínio atuam, como visto, em interações específicas do espaço em questão. Nelas, os procedimentos das relações de poder atuam em nível cotidiano e possibilitam que haja domínio *fora* das circunstâncias propriamente institucionais. Possibilitam, ainda, que as relações de domínio estabelecidas no território cheguem até as instituições. Sob esta perspectiva, o poder existe em rede, em formação, e é precisamente por serem dotadas desta característica de movimento que as relações de dominação material e simbólica produzidas fora de ambientes institucionais – tais como os Comitês de Bacia – relacionam-se com esses ambientes de modo a torná-los úteis às próprias relações locais de hegemonia sociopolítica.

Para estruturar analiticamente o cenário geral das relações de poder reproduzidas na *localidade* e das formas como estas relações *chegam* às instâncias de governança, utilizaremos a sugestão de Marsden *et al.* (1993) acerca da identificação do território como campo de relações. Os autores propõem, no campo de relações da localidade, a construção conceitual de três categorias: o conhecimento, caracterizado pela capacidade de imposição discursiva de projetos e disseminação de interesses, expressando resultados das lutas cognitivas locais; a ação social, caracterizada pela oportunidade de ação a partir das formulações e interesses disseminados discursivamente; e a *materialidade*, constituída pela distribuição dos recursos econômicos que facilitam os cursos da ação social.⁵

Partindo da perspectiva de que não há prevalência de uma das categorias neste campo de relações – o que significa pensá-las de modo relacional –, seguramente, no município de Paranapanema, o segmento dos agricultores cooperados é detentor de uma condição de hegemonia sociopolítica fortemente alicerçada nas relações de reprodução material deste campo. Conforme destacamos no início deste trabalho, historicamente, a agricultura cooperada do município atuou de modo decisivo na consolidação do perfil fundiário da localidade após a construção da UHE de Jurumirim. Este reordenamento determinou não apenas as possibilidades de acesso à terra na região, mas também redefiniu as oportunidades de acesso à água pela agricultura municipal. Ademais, por meio da crescente capitalização da produção, que influiu regionalmente no perfil das relações de absorção da força de trabalho, e do assédio às propriedades dos agricultores não-cooperados, o segmento também consolidou sua posição hegemônica na distribuição dos principais recursos econômicos do território.

Simultaneamente à definição dessas relações de materialidade, o município também assistiu ao ajuste simbólico dos valores sociais regionais. A noção do moderno no município tornou-se lentamente baliza pelos comportamentos sociais da agricultura empresarial. Inicialmente, este moderno associou-se às relações envolvidas

com a construção do reservatório da UHE de Jurumirim, posto que, nas décadas de 1950 e 1960, a justificativa social dos projetos de construção de usinas hidrelétricas no interior paulista residia justamente nas promessas de modernidade para as regiões de inserção das megaobras (VALENCIO *et al.*, 1999). Depois, a vocação para a modernidade foi associada ao segmento que, fixando-se na nova ordem territorial, desenvolveu-se capitalisticamente. Esta associação tornou-se decisiva nas disputas cognitivas da localidade, uma vez que articulou hegemonia material com capacidade de imposição discursiva.

Estas conjunturas do conhecimento e da materialidade local permitiram a inserção do segmento cooperado e/ou dos seus valores em novas instâncias institucionais de regulação da ruralidade regional e do acesso aos recursos naturais. Ou seja, a redefinição material e simbólica da localidade influenciou na inserção do município nos novos aparatos de governança dos territórios rurais e, sobretudo, das águas regionais. No caso da governança das águas, o bloco agrícola do município tem constantemente ampliado as oportunidades de disseminação de seus projetos para a regulação do acesso aos recursos hídricos regionais. Com efeito, a partir do resgate da história do acesso à água por parte da agricultura cooperativa de Paranapanema, é possível compreender as formas como as categorias conhecimento e materialidade se articulam à ação social na governança das águas. A trajetória do segmento no Comitê de Bacia bem como seu envolvimento na definição dos instrumentos de gestão regional revelam, dentre outros, a necessidade da construção de análises multidimensionais sobre o tema da regulação socioambiental em áreas rurais.

Desse modo, ao inserir a questão hídrica no espectro da governança territorial e ambiental das áreas rurais, parece-nos inquestionável a pertinência da interpretação histórica dos conflitos sociais dos territórios de estudo, das formas de reprodução da *localidade* e do universo cotidiano que por vezes reitera e por vezes desafia as conjunturas de hegemonia simbólica e material do lugar.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar os embates *territoriais* na gestão das instâncias regionais de política de águas no estado de São Paulo. Por meio do estudo do caso de Paranapanema, problematizamos alguns dos processos sociais envolvidos na construção de instâncias regionais de gestão ambiental. Destacamos, particularmente, as conjunturas locais de hegemonia sociopolítica, buscando evidenciar suas extensões até as instâncias regionais de governança socioambiental.

A conjuntura sociopolítica aqui interpretada sugere, em termos de abordagem sociológica, que o estudo das novas instâncias de governança também requer, além da compreensão de suas dimensões materiais, a interpretação dos modos de dominação simbólica construídos em conjunturas localizadas. Possivelmente o emprego de esforços desta ordem possibilitará que aspectos como os que envolvem as desigualdades sociais locais venham à tona como processos herdados e, no movimento dialético do território, eventualmente reproduzidos a partir de novas bases sociais.

Em termos de políticas públicas, cumpre ainda ressaltar que, seguramente, territorializar a temática ambiental implica considerar os processos fundamentais envolvidos na dinâmica econômica e política da localidade. Estas dimensões do lugar não podem, de modo algum, ser consideradas como eventos a serem enquadrados pelos instrumentos de gestão ambiental. Como procuramos tratar no curso do presente trabalho, a história social do lugar, através de suas disputas materiais e cognitivas, possivelmente se incumbirá de ajustar metas abstratas de gestão às situações locais de hegemonias. Por esta razão, a *territorialização* das políticas públicas para a sustentabilidade em áreas rurais requer, dentre outros, a atenção para os arranjos das relações de poder que tencionam sobre as possibilidades de transformação da própria localidade.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- BANCO MUNDIAL. *Estratégias de gerenciamento de recursos hídricos no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, 2003.
- BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. (edits.) *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Vol.4, Jaguariúna: Embrapa, 2000.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- FAURE, A. *Territoires et subsidiarité: l'action publique locale à la lumière d'un principe controversé*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- GOODWIN, M. The governance of rural areas: some emerging research issues and agendas. *Journal of Rural Studies*, v. 14, n. 1, 1998.
- HABERMAS, J. *Pensamiento postmetafísico*. Madrid: Taurus Humanidades, 1990.
- HERBERT-CHESHIRE, L.; HIGGINS, V. From risky to responsible: expert knowledge and the governing of community-led rural development. *Journal of Rural Studies*, n. 20, 2004.
- HERVIEU, B. *Les champs du futur*. Paris: Bourdin François Eds., 1993.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: A. Colin, 1990.
- LEFF, E. A geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: MARTINS, Rodrigo C.; VALENCIO, Norma F. (orgs.) *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil – Vol. 2: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003.
- JOLLIVET, M. *Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité capitalisme (France XXe siècle)*. Paris: Ed. Arguments, 2001.
- MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal Rural Studies*, v. 14, n. 1, 1998.
- MARSDEN, T. *et. al. Constructing the countryside*. London: University College London Press, 1993.

- MARTINS, R.C. *Impactos sócio-ambientais do processo de modernização agrícola em áreas de reservatório*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFSCar. São Carlos, 2000.
- MARTINS, R.C. *A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese (Doutorado). PPG-SEA, Universidade de São Paulo, 2004.
- MARTINS, R.; VALENCIO, N. Valoração dos recursos hídricos e impasse sócio-ambiental na agricultura paulista: alguns desafios para a gestão de políticas públicas. *Informações Econômicas*. Instituto de Economia Agrícola, v.33, n.10, São Paulo, out. 2003.
- MARTINS, R. C. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. *Revista de Sociologia e Economia Rural*, v. 43, 2005.
- OCDE. *The Polluter-Pays Principle*. Organisation de Coopération et de Développement Economiques, OCDE/GD (92) 81, Paris, 1992.
- OCDE. *Agricultural water pricing in OECD countries*. Organisation de Coopération et de Développement Economiques. ENV/EPOC/GEEI (98)11/FINAL, 1999.
- PATTON, M. Q. *Qualitative research and evaluation methods*. 3ªed., London: Sage Publications, 2002.
- SACHS, I. Inclusive development and decent work for all. *International Labour Review*. v. 143, n. 1-2, p. 161-184(24), 2004.
- SÃO PAULO. *Relatório de situação dos recursos hídricos do estado de São Paulo*. Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH/Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI. São Paulo: Poder Executivo, 2000.
- SCHNEIDER, F.; VOLKERT, J. No chance for incentive-oriented environmental policies in representative democracies? A Public Choice analysis. *Ecological Economics*, n. 31, 1999.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Revista Sociologias*. n. 11, jan./mar. 2004.
- SILVA, M. A. M. A cultura na esteira do tempo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, n. 15(3), 2001.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VALENCIO, N. et al. O papel das hidroelétricas no processo de interiorização paulista. In: *Ecologia de reservatórios: estrutura, função e*

- aspectos sociais. Henry, Raoul (coord.), São Paulo: FAPESP/Unesp, 1999.
- VEIGA, J.E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série Textos para Discussão n.º1. Brasília-DF: NEAD, 2001.
- WEBER, M. A ciência como vocação. In: GERTH, Hans H.; MILLS, C. Wright (orgs) *Ensaio de sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.154-183.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 15ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- YLISKYLÄ-PEURALAHTI, J. Biodiversity – a new spatial challenge for finnish agri-environmental policies? *Journal of Rural Studies*, (19), 2003.

Notas

¹ Este estudo de caso foi realizado entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005. Sua realização contou com o emprego de técnicas qualitativas de pesquisa social, tais como entrevistas semi-estruturadas e a coleta de relatos orais. Os entrevistados foram selecionados com base em uma amostragem de propósito (*purposeful sampling*), que nos possibilitou a composição de um universo amostral baseado na densidade informacional dos atores sociais locais. A construção dos critérios de amostragem baseou-se em Patton (2002). A interpretação dos relatos orais partiu da noção de agir comunicativo de Habermas (1990).

² De acordo com tal princípio, toda a ação que pode ser decidida e implementada no âmbito da localidade não deve ser submetida à decisão de nível hierárquico superior, decorrendo daí uma divisão funcional em termos de arranjos institucionais e de envolvimento dos interesses sociais locais na construção de políticas **no** – e não **para o** – território. Para pormenores sobre o princípio da subsidiaridade, ver Faure (1997) e Schneider e Volkert (1999).

³ *Desencantamento do mundo* possui vários sentidos no conjunto do pensamento weberiano. Aqui, empregamos o referido conceito no seu sentido mais amplo atribuído por Weber (1982) em sua conferência sobre *A ciência como vocação*. Nesta ocasião, o autor apresentou o *desencantamento do mundo* como o produto do processo de intelectualização que acompanhou a formação do Ocidente moderno. Para o autor, esta intelectualização seria a responsável pela convicção de que tudo (incluindo a sociedade) estaria regido pelas leis que a ciência poderia conhecer e a técnica cientí-

fica poderia dominar. Em outras palavras, todos os acontecimentos seriam calculáveis e previsíveis; o mundo estaria livre do encantamento, da crença na intervenção supra-sensível na ordem dos processos naturais e sociais.

⁴ A partir de 2005, esse universo de representações também deverá compor as disputas pela construção do perfil regulador das águas pelo setor agrícola no âmbito nacional. Isto porque, suplantando o nível regional, a Associação de Irrigantes conquistou, no final de 2006, um dos quatro assentos de suplência do segmento *irrigantes* no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Juntamente com a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo e com a Associação de Irrigantes do Estado do Espírito Santo, os irrigantes cooperados de Paranapanema representarão, no biênio 2007-2008, todos os irrigantes da região Sudeste do país no CNRH.

⁵ Embora não façam menções a respeito, parece-nos que a proposta de Marsden *et al.* (1993) busca articular, preservando a integridade dos conceitos, contribuições de Jürgen Habermas, Max Weber e Karl Marx. De Habermas, os autores incorporam a noção de intersubjetividade, destacando as disputas de poder presentes nas interações reflexivas, através da linguagem – da ação comunicativa –, e os modos como estas disputas interferem na construção subjetiva do mundo objetivo. De Weber, o conceito de ação social, enfatizando a capacidade dos agentes em tornar partilháveis, através dos recursos discursivos, os sentidos das ações que lhes convêm em circunstâncias locais. E, por fim, de Marx, os autores resgatam o sentido das relações de produção material como estruturantes dos interesses sociais e dos conflitos sociais, atentando especialmente para as formas como a posição dos grupos sociais no âmbito dessas relações pode facilitar ou dificultar suas trajetórias no campo local de relações.

MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2007, vol. 15 no. 2, p. 233-267. ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo*). Temas relativos à governança de recursos ambientais em territórios rurais têm recebido especial destaque na literatura sociológica recente. Envolto na temática das novas ruralidades, o debate sobre a composição de distintos interesses sociais em instâncias de gestão ambiental segue demandando reflexões junto às ciências sociais. Visando contribuir com novos subsídios para tal debate, este artigo apresenta uma pesquisa sociológica sobre conflitos territoriais na gestão das instâncias regionais de política de águas no estado de São Paulo. Através de um estudo de caso, o trabalho discute como distintos interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação pública ambiental, notadamente os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Palavras-chave: sociedade e recursos hídricos, conflitos socioambientais, governança territorial.

Abstract: (*Rurality and environmental management in the state of São Paulo*). Themes related with the governance of environmental resources in rural territories have received special interest in the recent sociological literature. Within the 'new ruralities' approach, the debate on the composition of different social interests within environmental management contexts urges reflection on the part of the social sciences. To contribute toward this debate, the paper presents a sociological study of territorial conflicts in the construction of water policies in São Paulo state, Brazil. Through a case study, this work discusses how different agricultural interests associate themselves with modern instruments of public environmental regulation – specifically River Basin Committees.

Key works: society and water resources, socio-environmental conflicts, territorial governance.